

A PRODUÇÃO TEXTUAL EM CONCURSOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO ESCRITA DE PROFESSORES NO NORDESTE

Ana Israela Kelly da Silva ¹

INTRODUÇÃO

A linguagem, enquanto prática social, constitui-se em elemento central na mediação de sentidos e na produção de identidades, participando da consolidação de valores, ideologias e práticas que atravessam instituições, políticas públicas e processos formativos. Nesse contexto, Bakhtin (2016) compreende os gêneros do discurso como formas relativamente estáveis de enunciados que, embora singulares, carregam marcas temáticas, estilísticas e composicionais, revelando tanto a intenção de seu autor quanto as vozes sociais e históricas que o atravessam. Essa perspectiva teórica é essencial para analisar produções textuais de concursos públicos, especialmente as provas discursivas voltadas ao magistério, que constituem enunciados concretos situados historicamente e atravessados por expectativas institucionais.

As provas discursivas, mais do que instrumentos classificatórios, funcionam como espaços privilegiados de avaliação da escrita acadêmico-profissional. Elas evidenciam não apenas competências linguísticas, gramaticais e argumentativas, mas também concepções pedagógicas, repertórios formativos e a projeção de identidades docentes. Nesse sentido, tais produções oferecem indicadores sobre a formação escrita de professores, permitindo observar lacunas e potencialidades na apropriação da língua, bem como nas práticas de ensino-aprendizagem e na construção de saberes mobilizados para a docência.

Nos concursos realizados no Nordeste brasileiro, essa função diagnóstica se torna ainda mais relevante. Estados como Ceará, Bahia, Paraíba e Piauí têm investido na realização periódica de certames para docentes, muitas vezes vinculados a reformulações de planos de carreira e políticas de valorização do magistério. Diante desse fenômeno, compreende-se que as redações produzidas nesses contextos não apenas selecionam candidatos, mas também refletem condições formativas regionais, exigências institucionais e expectativas normativas,

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Pós-graduada em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, israelasilva@gmail.com;



funcionando como instrumentos de observação crítica das trajetórias de formação e das competências acadêmico-profissionais dos professores.

Nesse viés, considerar a redação de concurso como gênero discursivo implica reconhecer sua dimensão social, institucional e formativa. Ao serem atravessadas por discursos oficiais, acadêmicos e pessoais, essas produções refletem tanto potencialidades quanto fragilidades do processo de ensino-aprendizagem da escrita, projetando identidades docentes e posicionamentos axiológicos. De acordo com Geraldi (1984), a produção textual deve ser compreendida como ato comunicativo situado, não podendo ser reduzida ao modelo escolar tradicional de “redação”, pois nela se manifestam práticas discursivas que articulam experiência formativa, repertório pedagógico e interações com o sistema avaliativo.

Nesse sentido, a análise das provas discursivas revela a complexidade da formação escrita de professores no Nordeste, destacando que a escrita docente, enquanto prática social, é atravessada por tensões entre expectativas institucionais e práticas reais de ensino. Assim, os textos produzidos em concursos públicos não apenas cumprem função seletiva, mas assumem papel estratégico na constituição identitária do professor, oferecendo subsídios para compreender lacunas formativas, fortalecer políticas públicas de capacitação docente e contribuir para a valorização do magistério em sua dimensão social, acadêmica e profissional.

Outro aspecto relevante consiste em observar a dimensão axiológica presente nesses enunciados. Ao redigir, o professor-candidato não apenas responde a uma demanda institucional, mas também inscreve seus valores, suas concepções sobre a docência e suas experiências com o ensino da língua. A prova discursiva torna-se, assim, espaço de circulação de vozes sociais que se entrecruzam: a voz normativa da instituição, a voz acadêmica dos referenciais teóricos e a voz individual do professor em formação. Essa perspectiva dialógica permite analisar a produção textual em concursos não como exercício isolado, mas como ato responsivo, carregado de historicidade e de implicações formativas.

No contexto nordestino, tal análise adquire relevância ainda maior. Trata-se de uma região marcada por desigualdades socioeconômicas e por desafios históricos no campo da educação, mas que, ao mesmo tempo, tem se destacado por políticas de expansão e valorização do magistério, conforme aludido. Os concursos públicos, nesse cenário, assumem papel duplo: de um lado, regulam o ingresso de novos professores; de outro, evidenciam os resultados – e as



lacunas – das políticas de formação inicial e continuada. Analisar as redações desses certames permite, portanto, construir um diagnóstico crítico da formação escrita docente no Nordeste, contribuindo para compreender como os professores mobilizam a linguagem em situações institucionais de alta exigência e o que isso revela sobre sua preparação para a prática pedagógica.

Em síntese, a presente pesquisa parte da hipótese de que a análise dessas redações permite compreender tensões entre a formação idealizada pelas instituições educacionais e a formação efetivamente vivenciada pelos professores. O exame das marcas discursivas desses textos possibilita, assim, elaborar um diagnóstico da formação escrita docente no Nordeste, revelando tanto suas fragilidades quanto suas potencialidades.

Dessa forma, este estudo justifica-se em dois planos complementares. Do ponto de vista científico, contribui para o campo da Linguística Aplicada ao analisar um gênero pouco explorado: a redação de concursos públicos, tomada como objeto legítimo de investigação. Do ponto de vista social e educacional, oferece subsídios para refletir sobre as condições de formação de professores, problematizando como a escrita, ao mesmo tempo que é exigida como critério de seleção, permanece fragilizada em muitos percursos formativos.

Por fim, ao compreender a prova discursiva como instrumento de diagnóstico da formação escrita, esta pesquisa busca, portanto, iluminar o lugar da escrita na constituição da identidade docente e contribuir para o debate sobre políticas públicas e práticas pedagógicas de formação no contexto do Nordeste brasileiro.

METODOLOGIA

A pesquisa terá abordagem qualitativa, centrada na análise de redações manuscritas de concursos públicos para o magistério em municípios do Nordeste, realizadas entre 2023 e 2025, todas de uma única banca organizadora. Fundamenta-se na perspectiva dialógica bakhtiniana dos gêneros do discurso, entendendo os textos como enunciados socialmente situados, com dimensões avaliativas e formativas.

O corpus será composto por produções selecionadas segundo os seguintes critérios: diversidade de municípios nordestinos; provas aplicadas no período delimitado; e questões que



solicitem gêneros dissertativos de caráter técnico-pedagógico (plano de aula, proposta pedagógica ou redação dissertativa sobre temas da docência). Informações pessoais dos candidatos não serão consideradas, assegurando sigilo e anonimato.

A análise seguirá três eixos: (a) textual e linguístico, observando coerência, coesão e recursos de estilo; (b) social e axiológico, examinando marcas de dialogismo e valores mobilizados; (c) formativo e pedagógico, discutindo como as redações expressam competências e fragilidades na formação docente. A leitura detalhada, a categorização temática e a interpretação à luz de Bakhtin e de referenciais complementares (Linguística Textual, letramento institucional, formação docente e crítica foucaultiana) permitirão compreender as implicações pedagógicas e institucionais das produções.

REFERENCIAL TEÓRICO

As redações de concursos para o magistério configuram-se como práticas discursivas institucionais, atravessadas por dimensões sociais e ideológicas, e não apenas como instrumentos classificatórios. Na perspectiva bakhtiniana, o enunciado é um ato de comunicação situado, em que emergem identidades profissionais e marcas da formação escrita. Assim, as provas discursivas se tornam espaços regulatórios, nos quais critérios institucionais, editais e expectativas avaliativas delimitam vozes e produzem efeitos de inclusão e exclusão. Esse caráter disciplinar e normativo, destacado por Foucault (1995), relaciona-se ao capital simbólico da escrita (Bourdieu, 1996), que se apresenta como requisito de acesso e legitimação no campo docente.

Nesse sentido, compreender a redação como gênero institucional significa reconhecer sua função formativa e avaliativa. Estudos de Marcuschi (2008), Maingueneau (2014), Dolz e Schneuwly (2004), entre outros, mostram que a produção textual envolve capacidades discursivas que vão além da correção formal, integrando mediações sociais e pedagógicas. As lacunas evidenciadas nas redações refletem fragilidades na formação docente, como apontam Soares (2004), Saviani (1991) e Libâneo (2001), indicando a necessidade de políticas que articulem seleção e desenvolvimento profissional. Assim, a análise dessas produções permite avaliar não apenas competências linguísticas, mas também trajetórias formativas e práticas identitárias no exercício da docência.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das redações evidenciou três categorias principais: adequação linguístico-textual, marcas de dialogismo e dimensões formativas. De modo geral, os textos mostraram domínio da norma culta e da estrutura dissertativa, mas apresentaram fragilidades de coesão e argumentação, confirmando Dolz e Schneuwly (2004) ao destacar que a escrita envolve capacidades discursivas mais amplas do que a simples correção formal. Também se observaram tensões entre o discurso pedagógico e as exigências normativas da banca, revelando tanto a força institucional da avaliação quanto a emergência de vozes docentes que mobilizam experiências próprias, em consonância com a concepção bakhtiniana de enunciado como interação.

Na dimensão formativa, as redações funcionam como diagnóstico da escrita docente: lacunas argumentativas e de gênero pedagógico refletem limites da formação inicial, mas também apontam potencialidades para a formação continuada. Esse dado reforça Soares (2005) e Libâneo (2001), ao mostrarem a necessidade de políticas que articulem seleção e desenvolvimento profissional. Assim, a prova discursiva se confirma como gênero institucional regulatório, atravessado por relações de poder (Foucault, 1995) e disputas simbólicas (Bourdieu, 1996), mas também como espaço de produção de sentidos e identidades, no qual o professor-candidato se posiciona diante da instituição avaliadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das redações de concursos do magistério no Nordeste revelou que essas produções vão além de sua função classificatória, constituindo práticas discursivas que articulam formação docente, identidade profissional e expectativas institucionais; ao serem examinadas à luz de referenciais bakhtinianos, foucaultianos e da Linguística Textual, demonstrou-se que a prova discursiva atua como gênero institucional atravessado por relações de poder, mas também como espaço de emergência de vozes e sentidos próprios do professor-candidato, evidenciando tanto domínio parcial da escrita acadêmico-pedagógica quanto fragilidades argumentativas e na mobilização de gêneros didáticos, o que sinaliza lacunas na formação inicial e reforça a necessidade de programas de formação continuada, permitindo, assim, ressignificar a prova escrita não apenas como instrumento seletivo, mas como instância



diagnóstica e formativa capaz de orientar políticas públicas e fortalecer o letramento profissional docente.

Palavras-chave: Prova discursiva; Formação docente; Linguística Aplicada; Nordeste.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxXQgnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

